



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE**  
**INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**ATA DA 23ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CERHI-RJ**

Aprovada na 68ª R.O. CERHI-RJ, em 13/04/2016

Aos dezessete dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis, no auditório do Ministério Público do ERJ, na Av. Marechal Câmara, nº 370, 9º andar, Centro, RJ, com início previsto para as 10h20min, realizou-se a 23ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERHI-RJ, contando com a presença dos senhores **membros titulares:** Livia Soalheiro Romano (INEA), Marina Fernandes Bez (FIPERJ – Titular), Carlos Amaro Chicarino (Prefeitura de Volta Redonda – Daniela Vasconcelos), Gilberto Fugimoto de Andrade (Apedema-RJ – Ricardo de Lima), Flávia Lanari (Apalma), Alexandre Braga (CCRON), José Paulo Soares de Azevedo (UFRJ), Humberto José T.R. de Albuquerque (ABAS), José Alfredo C. Sertã (ABES-RJ – Claudio Giordano), Décio Tubbs Filho (CBH Guandu), Dalva Rosa Mansur (CBH LSJ), Vera Lúcia Teixeira (CBH MPSul), Nélío Lopes Rodrigues (CEDAE), Cláudia Barros (Saneamento Ambiental Águas do Brasil), Jorge Vicente Peron Mendes (FIRJAN), Pamela Ferreira dos Reis (Instituto Aço Brasil), José Gomes Barbosa (LIGHT), Barbara C. F. M. Pithon (Eletronuclear); **membros suplentes:** Elisa Bento (DRM), João Fernandes Lisboa Neto (Acampar-RJ), Roberto Machado de Oliveira (Instituto Interdisciplinar Rio Carioca), Affonso Henrique de Albuquerque Junior (CBH Macaé e das Ostras), João Gomes Siqueira (CBH Baixo Paraíba do Sul), Amanda Mendes Bulhões (Prolagos), Maria Aparecida B. Pimentel (ENERGISA); **ausências justificadas:** Rachel B. Prado (Embrapa Solos – Titular), Antônio Ferreira da Hora (SEA – Titular), José Edson Falcão (SEA – Suplente), Marie Ikomoto (INEA), Eliane Barbosa (INEA – Titular), Moema Versiani Acseirad (INEA – Suplente), Carlos da Costa e Silva Filho (PGE – Titular), Marcos Antônio de Sá Machado (Prefeitura de São João da Barra – Titular), Gilcqueline Barcelos Faria (Prefeitura de São Fidélis – Titular), Ediel Caldas dos Santos (Rede Ecológica Greenbelt), David Michel Miller (Associação de Moradores da Granja Guarani – Suplente), Marcos Sant’anna Lacerda (Instituto Terrazul – Titular), Suzana Cláudia Monteiro de Barros (CBH BG – Suplente), Claudio Cesar Boscov Graffunder (Companhia Siderúrgica Nacional), Vinicius Crespo (Fecomercio – Titular), Zenilson do Amaral (ASFLUCAN – Titular), Leopoldo Carriello Erthal (FAERJ – Titular), José do Amaral Ribeiro Gomes (Sindicato Rural de Campos – Suplente); **ausências:** Zacarias Albuquerque (Prefeitura de Campos dos Goytacazes – Suplente), Waldemiro Barbosa de Andrade (Prefeitura do Barra do Piraí – Suplente), José Edmundo Victor (Prefeitura de Bom Jesus de Itabapoana – Suplente), Teresa Priscila Ducasble Gomes (Instituto Ipanema – Suplente), Fátima de Lourdes Casarin (O Nosso vale! A nossa vida – Suplente), João Gomes Siqueira (UENF – Titular), Gláucio Freire (EDF-NF – Suplente), Joana N. Siqueira (APROMEP - Suplente); **convidados:** Aline Araújo (CILSJ), Arthur S. Andrade (CILSJ), Igor Braga (Estagiário-FFCBH), Ricardo de Lima (Apedema-RJ), Paulo Leite (CBH-Piabanha), Julio Cesar Oliveira (CBH-Guandu), Alexandre (IEVA), Marcelo Crespi (Inea), Yara Valverde (CBH-Piabanha), Bruna Stein (Gate/MPRJ), Natalia Chargas (SEA), João B. Dias (SEA), Rosayne Batalha (Rádio Brasil Rural) e Luiz Edmundo de Andrade (CBH-BIG). Esta reunião teve início às 11h00min, com a seguinte pauta: **1.** Projeto de Lei referente ao FUNDRIH; **2.** Apresentação do projeto de Zoneamento Ecológico do Estado do Rio de Janeiro; **3.** Relatório PROGESTÃO 2015; **4.** Resolução do Comitê Guandu nº118, de 10/12/2015, que “Dispõe sobre a atualização do Preço Público Unitário – PPU da metodologia da cobrança pelo uso dos recursos hídricos nas Bacias Hidrográficas dos rios Guandu, da Guarda e Guandu Mirim – Comitê Guandu”; **5.** Dispõe sobre os limites de custeio administrativo para a entidade delegatária de funções de agência de água do comitê Baía da Ilha Grande – Região Hidrográfica I. Após verificação de quórum, O Sr. Décio Tubbs Filho deu início a 23ª Reunião Extraordinária



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE**  
**INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

CERHI-RJ e solicitou que houvesse inversão de pauta, ficando da seguinte forma: **1.** Apresentação do projeto de Zoneamento Ecológico do Estado do Rio de Janeiro; **2.** Dispõe sobre os limites de custeio administrativo para a entidade delegatária de funções de agência de água do comitê Baía da Ilha Grande – Região Hidrográfica I; **3.** Resolução do Comitê Guandu nº118, de 10/12/2015, que “Dispõe sobre a atualização do Preço Público Unitário – PPU da metodologia da cobrança pelo uso dos recursos hídricos nas Bacias Hidrográficas dos rios Guandu, da Guarda e Guandu Mirim – Comitê Guandu”; **4.** Relatório PROGESTÃO 2015; **5.** Projeto de Lei referente ao FUNDRHI. **1º item: Apresentação do projeto de Zoneamento Ecológico do Estado do Rio de Janeiro.** O Sr. João Baptista agradeceu o convite feito pelo CERHI-RJ e deu início a apresentação. 1) Informações Gerais; 2) Governança e Participação; 3) Resultados Intermediários; 4) Fundamentos Legais; 5) Fundamentos Técnico-Metodológicos; 6) Diretrizes Gerais; 7) Discussões e Recomendações. Objetivos Estratégicos do ZEE-RJ: 1. Fortalecer a capacidade do estado para enfrentamento dos desafios socioambientais e econômicos numa perspectiva de médio e longo prazo. 2. Proporcionar mais segurança ao processo de desenvolvimento do estado compreendendo as seguintes dimensões. Ecológica – Identificação de ecossistemas com funções estratégicas (suporte ambiental), de áreas de preservação/conservação, fragilidades e limitações a serem observadas. Econômica – Identificação de potencialidades e oportunidades para novos investimentos, orientação de políticas públicas, indicação de ações estruturantes, indicação de prioridades para incentivos e fomentos. Social – criação de oportunidade de emprego, oportunidade para pequenos negócios, fortalecimento de políticas públicas de cunho social, indicação de áreas de risco a ocupação, etc. Jurídica – definição de regras claras sobre potencialidades e limitações ambientais, indicação de pré-viabilidade locacional de atividades produtivas, redução de insegurança na tomada de decisão no licenciamento ambiental. 3. Fortalecer os mecanismos de Governança para Gestão Territorial, adotado o Zoneamento Ecológico Econômico como plataforma de integração de Políticas Públicas e de Coesão Social. Principais Basilares do ZEE: 1) Preservar conservar e ampliar a Mata Atlântica e ecossistemas associados; 2) Garantir a segurança hídrica; 3) Reduzir a exposição da população a riscos a fenômenos naturais e acidentes tecnológicos; 4) Corrigir as desigualdades regionais e intra-regionais; 5) Fortalecer as identidades regionais e estimular os mecanismos de governança intra-regional; 6) Estimular a desconcentração econômica e populacional; 7) Priorizar atividades que impliquem baixo custo ecológico, alto valor agregado e competitividade com os demais estados de federação; 8) Projetar alternativas à economia do petróleo, no longo prazo; 9) Atrair novas atividades econômicas e fortalecer as existentes. Eixos Estratégicos. Preservação/conservação ecológica, com foco na proteção das espécies ameaçadas e recuperação dos ambientes degradados. Proteção dos ambientes degradados. Proteção de nascentes e mananciais com vista à segurança hídrica. Reprodução natural da vida subaquática e proteção dos recursos pesqueiros. Gestão e prevenção de riscos e desastres naturais (enxurradas, alagamentos, inundações, deslizamentos, escorregamentos, etc). Prevenção aos acidentes tecnológicos (vazamento de produtos químicos, derramamento de óleo e radiação nucleares, etc) e combate à poluição. Adaptação às mudanças climáticas (elevação do nível do mar, chuvas intensas, ciclones, ondas de calor, etc). Implantação de fontes energéticas renováveis (solar, eólica, biomassa e etanol) e de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs). Expansão de infraestrutura e dos sistemas urbanos de forma ordenada e controlada, com incentivo à gestão territorial costeira. Saneamento básico e recuperação dos ambientes poluídos. Desenvolvimento agropecuário com a incorporação de novas práticas e tecnologias. Desenvolvimento de silvicultura. Desenvolvimento e ordenamento do turismo. Desenvolvimento de polos industriais e de serviço. Desenvolvimento da atividade minerária.



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE**  
**INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

95 Linha mestre para o ZEE/RJ. Linha Mestre: Desenvolvimento com suporte ambiental,  
96 considerando as atividades socioeconômicas, a conservação dos recursos hídricos, as áreas de  
97 serviços ambientais, os habitats de fauna e dos bancos genéticos de flora remanescentes, e a  
98 recuperação da capacidade ambiental. Ideia Central: A proposição das zonas é de não engessar  
99 as possibilidades de usos em cada uma delas, e sim de buscar priorizar uma conservação de  
100 bens comuns em prol do desenvolvimento de uma coletividade e de uma coesão social.  
101 Resultados das Consultas Públicas: Principais questões levantadas ou discutidas nas reuniões  
102 da Firjan. 1) Necessidade de maior ênfase na componente “econômica” incluindo nos  
103 Princípios Basilares do ZEE o item 9 com a seguinte redação: “Atrair novas atividades  
104 econômicas e fortalecer as existentes”. 2) As dificuldades já enfrentadas no licenciamento  
105 ambiental e os reflexos no desenvolvimento das atividades econômicas. 3) O risco de perda de  
106 competitividade e de novos investimentos em decorrência das restrições ambientais adicionais  
107 trazidas pelo ZEE. 4) Preocupações quanto ao caráter jurídica que o ZEE/RJ irá assumir e do  
108 risco disto dificultar a emissão de licenciamento e a instalação de novas indústrias e comércio  
109 nas regiões. 5) O controle da ocupação urbana no entorno das instalações industriais para  
110 prevenir conflitos de uso e eventuais danos decorrentes de acidentes tecnológicos como foi o  
111 caso de Mariana (MG) e o incêndio no Porto de Santos, dentre outros. 6) A incorporação no  
112 ZEE de proposições e diretrizes voltadas para ações estruturantes, com potencial para  
113 alavancar atividades econômicas locais/regionais. 7) Necessidade de harmonização entre o  
114 ZEE, de competência do Estado, e os Planos Diretores de competência dos municípios. 8) O  
115 impacto do ZEE nos Distritos/Áreas industriais consolidadas ou em processo de expansão. 9)  
116 Preocupação com o engessamento/inviabilização ambiental das atividades industriais já  
117 instaladas em áreas urbanas ou APP. 10) Procedimentos para adequação ou remanejamento  
118 de atividades em desconformidade locacional. 11) A rigidez locacional da atividade minerária  
119 (a mineração só pode ocorrer onde está a jazida). Quais as implicações do ZEE para aquelas  
120 que estão em FMP/APP. 12) Ordenamento territorial em torno das áreas de mineração e sobre  
121 as jazidas ainda não exploradas. 13) A Garantia dos direitos minerários, conforme cadastro do  
122 DNPM. 14) O impacto do ZEE no agronegócio. Relação entre o ZEE e o Código Florestal,  
123 principalmente no tocante ao CAR e ao PRA. 15) As restrições que vão incidir sobre as “áreas  
124 de suporte ambiental” e os reflexos nas atividades agropecuárias historicamente praticadas.  
125 16) Necessidade de explicitar as possibilidades de uso e ocupação nas áreas delimitadas como  
126 “Unidade de Conservação de Uso Sustentável”. Lei Estadual nº 5067, de 09/07/2007. “Dispõe  
127 sobre zoneamento ecológico-econômico do estado do Rio de Janeiro e define critérios para  
128 implantação da atividade de silvicultura econômica no estado do Rio de Janeiro. Capítulo II dos  
129 objetos do ZEE/RJ. Art.2º - O ZEE/RJ, como instrumento da Política Estadual do Meio  
130 Ambiente, tem por objetivo organizar, de forma vinculada, as decisões dos agentes públicos e  
131 privados quanto a planos, programas, projetos e atividades que, direta ou indiretamente,  
132 utilizem recursos naturais, assegurando a plena manutenção do capital e dos serviços  
133 ambientais dos ecossistemas. Parágrafo único – O planejamento e a implantação de políticas  
134 públicas, bem como o licenciamento, a concessão de crédito oficial ou benefícios tributários,  
135 ou para a assistência técnica de qualquer natureza, tendo como referência os citados planos,  
136 programas, projetos e atividades e que se refere o caput deste artigo, observação os padrões,  
137 as obrigações e os critérios estabelecidos no ZEE/RJ, quando existir, sem prejuízo dos previstos  
138 na legislação ambiental. Capítulo III da Elaboração do ZEE/RJ. Art. 3º - Compete à Secretaria de  
139 Estado do Ambiente, em conjunto com a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e  
140 Abastecimento e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e  
141 Serviços, a coordenação da elaboração e da implementação do zoneamento ecológico-  
142 econômico do Estado do Rio de Janeiro. Parágrafo único – A partir da publicação desta Lei, a



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE**  
**INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

143 implementação do zoneamento ecológico-econômico ocorrerá progressivamente, por regiões  
144 hidrográficas, assegurando-se a participação das entidades da sociedade civil, respeitadas as  
145 disposições contidas na Lei nº 3239, de 02 de agosto de 1999. O capítulo IV do Conteúdo do  
146 ZEE/RJ - Art 5º - O ZEE/RJ dividirá o território em zonas, de acordo com a necessidade de  
147 proteção na implementação de planos, obras e atividades públicas e privadas, prevendo  
148 medidas e padrões de proteção ambiental destinados assegurar a qualidade ambiental, dos  
149 recursos hídricos e do solo e a conservação da biodiversidade, garantindo o desenvolvimento  
150 sustentável e a melhoria das condições de vida da população, devendo também ser  
151 considerados: I- os tipos de solo aptos às práticas agrícolas; II- as condições climáticas e  
152 hídricas que influenciam o plantio em cada Região Hidrográfica; III- a situação de áreas  
153 florestais correspondem às Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reservas Legais das  
154 prioridades rurais, conforme estabelecido na Lei nº 4.771/1965, respectivamente nos seus arts.  
155 2º e 16º; IV- a localização de áreas de expansão industrial; V- as atividades extrativistas; VI- a  
156 rede urbana e sua expansão; VII- a rede de transportes; VIII- os ecossistemas e a  
157 biodiversidade; IX- as bacias hidrográficas. Decreto Federal nº 4.297, de 10 de Julho de 2002.  
158 Regulamenta o Art. 9º, inciso II, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, estabelecendo  
159 critérios para o zoneamento ecológico-econômico do Brasil – ZEE, e, dá outras providências.  
160 Capítulo I dos objetivos e princípios. Art. 2º- O ZEE, instrumento de organização do território a  
161 ser obrigatoriamente seguido na implantação de planos, obras e atividades públicas e  
162 privadas, estabelece medidas e padrões de proteção ambiental destinados a assegurar a  
163 qualidade ambiental, dos recursos hídricos e do solo e a conservação da biodiversidade,  
164 garantindo o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida da população.  
165 Art. 3º - O ZEE tem por objetivo geral organizar, de forma vinculada, as condições dos agentes  
166 públicos e privados quanto a planos, programas, projetos e atividades que, direta ou  
167 indiretamente, utilizem recursos naturais, assegurando a plena manutenção do capital e dos  
168 serviços ambientais dos ecossistemas. Parágrafo único - O ZEE, na distribuição espacial das  
169 atividades econômicas, levará em conta a importância ecológica, as limitações e as fragilidades  
170 dos ecossistemas, estabelecendo vedações, restrições e alternativas de exploração do  
171 território e determinando, quando for o caso, inclusive a realocação de atividades  
172 incompatíveis com suas diretrizes gerais. Art. 4º - O processo de elaboração e implementação  
173 do ZEE: I - buscará a sustentabilidade ecológica, econômica e social, com vistas a compatibilizar  
174 o crescimento econômico e a proteção dos recursos naturais, em favor das presentes e futuras  
175 gerações, em decorrência do reconhecimento de valor intrínseco à biodiversidade e a seus  
176 componentes; II - contará com ampla participação democrática, compartilhando suas ações e  
177 responsabilidades entre os diferentes níveis da administração pública e da sociedade civil; e III-  
178 valorizará o conhecimento científico multidisciplinar. Art. 6º-B. A união, para fins de  
179 uniformidade e compatibilização com as políticas públicas federais, poderá reconhecer os ZEE  
180 estaduais, regionais e locais, desde que tenham cumprido os seguintes requisitos: (Incluído  
181 pelo Decreto nº 6.288, de 2007). I - referendados pela Comissão Estadual do ZEE (incluído pelo  
182 Decreto nº 6.288/2007); II - aprovados pelas Assembleias Legislativas Estaduais (incluído pelo  
183 Decreto nº 6.288, de 2007); III - compatibilização com o ZEE estadual, nas hipóteses dos ZEE  
184 regionais e locais (incluído pelo Decreto nº 6.288, de 2007). Parágrafo único – O  
185 reconhecimento a que se refere o *caput* será realizado pela Comissão Coordenadora do ZEE do  
186 Território Nacional, ouvido o Consórcio ZEE Brasil (incluído pelo Decreto nº 6.288/2007). Art.  
187 11º - O ZEE dividirá o território em zonas, de acordo com as necessidades de proteção,  
188 conservação e recuperação dos recursos naturais e do desenvolvimento sustentável. Parágrafo  
189 único – A instituição de zonas orientar-se-á pelos princípios da utilidade e da simplicidade, de  
190 modo a facilitar a implementação de seus limites e restrições pelo Poder Público, bem como



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE**  
**INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

sua compreensão pelos cidadãos. Art.12º A definição de cada zona observará, no mínimo: I - diagnóstico dos recursos naturais, da sócio economia e do marco jurídico-institucional; II - informações constantes do Sistemas de Informações Geográficas; III - cenários tendenciais e alternativos; e IV - Diretrizes Gerais e Específicas, no termos do art. 14 deste Decreto. Art.13º O diagnósticos que se refere o inciso I do art. 12 deverá conter, no mínimo: I - Unidades dos Sistemas Ambientais, definidas a partir da integração entre os componentes da natureza; II - Potencialidade Natural, definida pelos serviços ambientais dos ecossistemas e pelos recursos naturais disponíveis, incluindo, entre outros, a aptidão agrícola, o potencial madeireiro e o potencial de produtos florestais não madeireiros, que inclui o potencial para exploração de produtos derivados da biodiversidade; III - Fragilidade Natural Potencial, definida por indicadores de perda da biodiversidade, vulnerabilidade natural à perda de solo, quantidade e qualidade dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos; IV - indicação de corredores ecológicos; V - tendências de ocupação e articulação regional, definidas em função das tendências de uso da terra, dos fluxos econômicos e populacionais, da localização das infraestruturas e circulação da informação; VI - condições de vida da população, definidas pelo indicadores de condições de vida, da situação da saúde, educação, mercado de trabalho e saneamento básico; VII - incompatibilidade legais, definidas pela situação das áreas legalmente protegida e o tipo de ocupação que elas vêm sofrendo; e VIII - áreas institucionais, definidas pelo mapeamento das terras indígenas, unidades de conservação e áreas de fronteira. Art.14º As Diretrizes Gerais Específicas deverão conter, no mínimo: I - atividades adequadas a cada zona, de acordo com a sua fragilidade ecológica, capacidade de suporte ambiental e potencialidades; II - necessidades de proteção ambiental e conservação das águas, do solo subsolo, da fauna e flora e demais recursos naturais renováveis e não renováveis; III - definição de áreas para unidades de conservação, de proteção integral e de uso sustentável; IV - critérios para orientar as atividades madeireiras e não madeira, agrícola, pecuária, pesqueira e de piscicultura, de urbanização, de industrialização, de mineração e de outras opções de uso dos recursos ambientais; V - medidas destinadas a promover, de forma ordenada e integrada, o desenvolvimento ecológico e economicamente sustentável do setor rural, com o objetivo de melhorar a convivência entre a população e os recursos ambientais, inclusive com a previsão de diretrizes para implantação de infraestrutura de fomento às atividades econômicas; VI - medidas de controle e de ajustamento de planos de zoneamento de atividades econômicas e sociais resultantes da iniciativa dos municípios, visando compatibilizar, no interesse da proteção ambiental, usos conflitantes em espaços municipais contíguos e a integrar iniciativas regionais amplas não restritas às cidades; e VII - planos, programas e projetos dos governos federal, estadual e municipal, bem como suas respectivas fontes recursos com vistas a viabilizar as atividades apontadas como adequadas a cada zona. Capítulo III do Conteúdo do ZEE. Art. 20º - Para o planejamento e a implementação de políticas públicas, bem como para o licenciamento, a concessão de crédito oficial ou benefícios tributários, ou para a assistência técnica de qualquer natureza, as instituições públicas ou privadas observarão os critérios, padrões e obrigações estabelecidas no ZEE, quando existir, sem prejuízo dos previstos na legislação ambiental. Processos e Atividades Métodos. Geração da Carta Síntese de subsídio à gestão do território, baseado na metodologia de Becker e Égler (1996) por ser: Recomendada pelo Ministério do Meio Ambiente; Oferecer maior probabilidade de homologação do ZEE/RJ pela; Comissão Coordenadora do ZEE do território Nacional – Consórcio ZEE-Brasil; Usada sistematicamente nos ZEEs estaduais e naqueles coordenados pelo MMA; uma metodologia simples que agrega as informações da etapa de diagnóstico (potencialidade social x vulnerabilidade à perda de solos por erosão); aberta, permitindo a combinação de outras informações para cartográfica da zonas. Nova análise para confirmação ou reclassificação:





**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE**  
**INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Correlação com dados Socioeconômicos (potencialidade social); Legislação atual de ordenamento e uso do território; Áreas de preservação permanente; Áreas de uso restrito e controlado. Carta Síntese de subsídio à Gestão do Território (mapa de ZEE), que resulta da combinação de escalas variando entre 1:25.000 e 1:100.000. Cabe ressaltar que dentro de cada zona pode haver áreas que enquadrariam em outras zonas, todavia sua delimitação não foi possível em função da escala adotada para carta de subsídio à gestão do território. Diretrizes Gerais: Federal - Programas, Projetos, Ações e Orçamento; Estadual - Programas, Projetos, Ações e Orçamento; Municipal - Programas, Projetos, Ações e Orçamento. Cenários Prospectivos. 1) Cenário Tendencial de Desenvolvimento Econômico do RJ; 2) Cenário Tendencial de Crescimento e Adensamento Populacional; Ocupação urbana atual e projetada. 3) Cenário Emergencial: Riscos Geotécnicos e Risco de Inundação; 4) Água: Recursos Crítico para o RJ; A questão central da Água, demandas, disponibilidade hídricas e balanço quantitativo; 5) A proteção de recursos naturais como estratégia para a redução da vulnerabilidade; 6) Restrições de Uso e Ocupação do Solo; Áreas com impedimentos à ocupação-Legal e Institucional e restrições para uso e ocupação do solo; 7) Área Agricultáveis-Implantação de fontes energéticas renováveis (solar, eólica, biomassa e etanol); 8) Cenário Emergencial: Riscos de Acidente Nuclear; 9) Cenário Emergencial: Acidentes na Exploração do Petróleo; 10) Cenário de Vulnerabilidade: Mudanças Climáticas e elevação do nível do mar. Após finalizar apresentação, o Sr. João Baptista respondeu algumas dúvidas e perguntas dos membros do CERHI-RJ. Por fim, o Sr. Décio Tubbs Filho agradeceu a participação do Sr. João Baptista. **2º item: Dispõe sobre os limites de custeio administrativo para a entidade delegatária de funções de agência de água do comitê Baía da Ilha Grande – Região Hidrográfica I.** A Srta. Livia Soalheiro fez uma breve introdução. Informou que o CBH BIG teve a pedido de sua Delegatária o seu contrato rescindido, o processo de rescisão já está em andamento. Foi solicitada a abertura do Edital para Procuradoria do Inea para contratação de uma nova Delegatária e por este motivo é necessário ter o recurso aprovado pelo CERHI-RJ. O Comitê de Bacia Hidrográfica da Baía da Ilha Grande (CBH BIG) é o comitê mais novo do Estado, e necessita de especial atenção para viabilizar seu saudável desenvolvimento. No biênio de 2014-2016, enfrentou problemas com a eficiência dos trabalhos desenvolvidos por sua Delegatária (FADUC), a qual, no final de 2015, em plenária deste comitê, informou a deliberação do conselho gestor da Fundação (FADUC) em rescindir o contrato firmado, comprometendo-se com os membros deste CBH em manter os trabalhos até a contratação de uma nova Delegatária. No entanto, o distrato foi feito antes do lançamento do edital de contratação de uma nova entidade, haja vista que, em janeiro de 2016, os funcionários da FADUC finalizaram seus trabalhos como secretária executiva do CBH BIG, bem com os trabalhos do Cadastro Ambiental Rural – CAR, que estavam vinculados a esta Fundação. Assim sendo, necessitamos de celeridade no trâmite processual para contratação de uma nova instituição que se comprometa com os serviços de secretaria executiva do CBH BIG. Solicita aprovar como limite de custeio, por ano, para os anos de 2016 a 2020, a destinação do valor R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais), dos recursos do FUNDRHI oriundos da Compensação Financeira pela utilização dos recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, para complementação de custeio de operacionalização da Entidade Delegatária do Comitê, conforme o plano de trabalho do contrato de gestão e aprovar como limite de custeio, por ano, para os anos de 2016 a 2019, o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), dos recursos do FUNDRHI oriundos da Cobrança pela utilização dos recursos hídricos, para despesas de custeio da Entidade Delegatária do Comitê da Região Hidrográfica da Baía da Ilha Grande. Por fim, foi colocado em votação e aprovada por todos os membros do CERHI-RJ. **3º item: Resolução do Comitê Guandu nº118, de 10/12/2015, que “Dispõe sobre a atualização**



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE  
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE  
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

do Preço Público Unitário – PPU da metodologia da cobrança pelo uso dos recursos hídricos nas Bacias Hidrográficas dos rios Guandu, da Guarda e Guandu Mirim – Comitê Guandu.” O Sr. Décio Tubbs Filho fez a apresentação da Resolução do CBH Guandu e informou que é uma proposta de realinhamento da cobrança. O Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Guandu, da Guarda e Guandu Mirim – CBH Guandu, criado pelo Decreto Estadual nº 31.178, de 03/04/2002, do Governo do Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições, e considerando: o art. nº 27, da Lei nº 3.239/1999 que trata do objetivo da cobrança pelo uso de recursos hídricos e reconhece a água como bem econômico; O inciso VII do Art. nº 55, da Lei nº 3.239/1999 que estabelece como competência dos Comitês de Bacia, propor os valores a serem cobrados e aprovar os critérios de cobrança pelo uso da água da bacia hidrográfica submetendo à homologação do CERHI-RJ; O inciso XI do Art. nº 45, da Lei nº 3.239/1999, que estabelece como competência do Conselho Estadual de Recursos Hídricos encaminhados pelos Comitês de Bacia: a Lei nº 42.347/2003, que dispõe sobre a cobrança pela utilização dos recursos hídricos do domínio do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências; e a Resolução Comitê Guandu nº 05/2004 que dispõe sobre os Critérios de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos no âmbito do CBH Guandu. O valor do Preço Público Unitário – PPU, para todos os setores usuários, será alterado para R\$ 0,04 (quatro centavos de real). O valor entrará em vigor no dia 01/01/2017. A Srta. Livia Soalheiro informou que a Resolução passou pela CT-IG, e como não houve reunião da CT-IL houve um acordo via e-mail com os membros da Câmara Técnica Institucional Legal, onde a maioria votou a favor. Prosseguiu lembrando que, com relação a este tema específico (Cobrança), é competência do Conselho a homologação do que foi definido no Comitê. Então, se o CBH optou pelo aumento da Cobrança, cabe ao CERHI-RJ apenas acatar. Após alguns debates, a Resolução foi aprovada por unanimidade. **4º item: Relatório PROGESTÃO 2015.** O Sr. Décio Tubbs Filho sugeriu que o Relatório do Progestão 2015 fosse encaminhado por e-mail aos membros do CERHI-RJ para nova leitura e para compatibilizar as contribuições. A Srta. Livia Soalheiro informou que o prazo para entrega do Relatório à ANA é até o dia 31/03/2016, dando até o dia 28/03/2016 para que todos possam enviar suas sugestões. Por fim, o relatório foi considerado aprovado e será enviado para a ANA na data limite. **5º item: Projeto de Lei referente ao FUNDRHI.** O Sr. Décio Tubbs Filho informou que serão apenas debatidas as sugestões feitas dentro do prazo. Ressaltou, ainda, que todas as contribuições foram muito significativas e interessantes para a minuta do Projeto de Lei. A Srta. Livia Soalheiro começou a leitura do PL do Fundrhi, autor Deputado André Correa. Texto original: “Resolve: Art.1º - O inciso VII do art. 2º da Lei 4.247 passa a ter nova redação: Art. 2º (...) VII. Apoiar e incentivar a recuperação e proteção de mananciais de abastecimento público através de implantação de sistemas de Pagamento por Serviços Ambientais com foco em recursos hídricos de restauração e de conservação florestal, saneamento rural; conservação do solo e estudos de delimitação de áreas prioritárias, visando à produção de água e sua disponibilidade em quantidade e qualidade.” Texto sugerido e aprovado pela Plenária para nova redação neste trecho (Resolve: Art. 1º) foi a seguinte: “Apoiar e incentivar a recuperação e proteção dos corpos hídricos superficiais e subterrâneos, preferencialmente, dos mananciais de abastecimento por meio da implantação de: sistemas agroflorestais, restauração e conservação florestal; saneamento ambiental; conservação do solo e estudos de delimitação de áreas prioritárias, visando à produção de água e sua disponibilidade em quantidade e qualidade.” A Srta. Livia Soalheiro prosseguiu lendo o “Art. 2º - o art. 6º da Lei 5.234 passa a ter a nova redação: Art. 6º No mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos recursos arrecadados pela cobrança pelo uso da água, da parcela destinada aos comitês de bacia, serão obrigatoriamente aplicadas na recuperação e proteção de mananciais de abastecimento público, respeitado o art. 2º, inciso VII da Lei 4.247.” Sendo aprovada pelos



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE**  
**INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

membros presentes a seguinte redação no art. 2º: “(Inciso II do artigo 11 da Lei 4.247, revogado pela Lei 5.234/08) – do montante arrecadado pela cobrança sobre o uso dos recursos hídricos de domínio estadual, serão aplicados 90% (noventa por cento) na bacia hidrográfica arrecadadora, bem como os outros 10% (dez por cento) no órgão gestor de recursos hídricos do Estado do Rio de Janeiro em ações destinadas à Gestão de Recursos Hídricos no Estado, com planejamento anual aprovado pelo CERHI-RJ.” Bem como foi aprovado pelo CERHI-RJ a seguinte sugestão no mesmo artigo: “No mínimo, 20% (vinte por cento) dos recursos arrecadados pela cobrança pelo uso da água, da parcela destinada aos comitês de bacia, serão obrigatoriamente aplicados na recuperação e proteção dos corpos hídricos, preferencialmente, dos mananciais de abastecimento público, respeitando o art. 2º, inciso VII da Lei 4.247, e o plano de aplicação plurianual dos comitês de bacia.” A Srta. Livia Soalheiro prosseguiu lendo para os membros o original do Art. 3º: “Os recursos aprovados pelos respectivos comitês de bacia hidrográfica e referendados pelo CERHI-RJ que não tiverem o início de sua execução em período superior a dois anos poderão ter a sua aprovação cancelada. Parágrafo único – O montante arrecadado que permanece sem movimentação nas subcontas dos Comitês de Bacia, sem deliberação para aplicação nos dois exercícios posteriores ao ano de arrecadação, poderá ser objeto de deliberação do CERHI-RJ a partir de proposta de aplicação apresentada pelo órgão gestor.” Os membros do CERHI-RJ optaram por excluir o Parágrafo único e ficou decidida a seguinte redação para o art.3º: “Os recursos aprovados pelos respectivos comitês de bacia hidrográfica e referendados pelo CERHI-RJ que não tiverem o início de sua execução em período superior a 05 (cinco) anos poderão ter a sua aprovação cancelada. Parágrafo único – Os recursos que tiverem sua aprovação cancelada deverão ser objeto de nova deliberação pelo respectivo Comitê.” A Srta. Livia Soalheiro informou que irá dar continuidade a discussão do PL do Fundrhi em uma próxima reunião do CERHI-RJ, ressaltou que serão apenas debatidas as contribuições encaminhadas dentro do prazo estipulado. **Informes:** A Sra. Vera Lucia informou que algumas datas do Calendário do CERHI-RJ estão em conflito com reuniões do CBHs e Fórum Nacional nos meses de maio, junho e novembro, solicitou, então, que isso fosse revisto. **Questionamento:** O Sr. João Gomes Siqueira ressaltou a importância do ZEE/RJ para o CERHI-RJ e para os 9 comitês. O Sr. Décio Tubbs Filho comunicou que após a conclusão do PL do Fundrhi, o ZEE será tratado como pauta prioritária do CERHI-RJ. **Encaminhamentos:** **1)** O Sr. Décio Tubbs Filho informou que o ZEE será tratado como pauta prioritária após a finalização do PL do Fundrhi; **2)** Ficou decidido que será dada continuação ao debate do PL do Fundrhi em uma próxima reunião do CERHI-RJ. E nada mais havendo a tratar, a Secretária Executiva do CERHI-RJ, o Sr. Décio Tubbs Filho agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a 23ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERHI-RJ, às 17h50min.

Décio Tubbs Filho  
Presidente CERHI-RJ

Eliane P. Barbosa  
Secretária Executiva CERHI-RJ